



Qualis A4 ISSN: 2675-0236

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social



As principais fontes teóricas da filosofia de Herbert Marcuse

The Main Theoretical Sources of Herbert Marcuse's Philosophy

ARK: 69772/ppds.v8i15.1634

Recebido: 16/03/2026 | Aceito: 28/05/2026 | Publicado on-line: 09/06/2026

Gustavo Javier Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

<https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Resumo

O presente artigo analisa as principais influências teóricas que fundamentam o pensamento de Herbert Marcuse, destacando especialmente as contribuições de Hegel, Freud e Marx para a constituição de sua teoria crítica da sociedade. Inicialmente, examina-se a influência da filosofia hegeliana, sobretudo o conceito de dialética e a compreensão da razão como elemento negativo e crítico da realidade existente. Em seguida, aborda-se a apropriação marcuseana da reflexão freudiana acerca da civilização, da repressão dos instintos e do conflito entre princípio do prazer e princípio da realidade, enfatizando os conceitos de repressão excedente e princípio de atuação. Posteriormente, analisa-se a influência de Marx, particularmente a crítica ao trabalho alienado, à reificação das relações sociais e às formas de dominação produzidas pelo capitalismo. O artigo demonstra que Marcuse articula essas três matrizes teóricas para desenvolver uma crítica à racionalidade tecnológica e à sociedade industrial avançada, denunciando os mecanismos de integração e controle que limitam a emancipação humana. Conclui-se que o pensamento marcuseano permanece relevante para a compreensão das contradições do capitalismo contemporâneo e das novas formas de alienação presentes nas sociedades modernas.

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.



Palavras-chave: Herbert Marcuse; teoria crítica; dialética; repressão; alienação; capitalismo.

Abstract:

This article analyzes the main theoretical influences that underpin Herbert Marcuse's thought, especially the contributions of Hegel, Freud, and Marx to the constitution of his critical theory of society. First, it examines the influence of Hegelian philosophy, particularly the concept of dialectics and the understanding of reason as a negative and critical element of existing reality. Next, it discusses Marcuse's appropriation of Freudian reflections on civilization, the repression of instincts, and the conflict between the pleasure principle and the reality principle, emphasizing the concepts of surplus repression and performance principle. Subsequently, the article analyzes the influence of Marx, particularly the critique of alienated labor, the reification of social relations, and the forms of domination produced by capitalism. The study demonstrates that Marcuse articulates these three theoretical matrices in order to develop a critique of technological rationality and advanced industrial society, denouncing the mechanisms of integration and control that limit human emancipation. It concludes that Marcuse's thought remains relevant for understanding the contradictions of contemporary capitalism and the new forms of alienation present in modern societies.

Keywords: Herbert Marcuse; critical theory; dialectics; repression; alienation; capitalism.

1.Introdução.

O objetivo deste artigo consiste em expor as principais influências teóricas das quais se nutre o pensamento de Herbert Marcuse. Tais influências são, fundamentalmente três: a filosofia hegeliana, a reflexão de Karl Marx e alguns aspectos das teorias elaboradas por Sigmund Freud. Em concordância com este assunto, J. M. Castellet afirma que o pensamento marcuseano inicia-se a partir de “Hegel, baseia-se essencialmente em Marx e em alguns aspectos da obra de Freud, e tem como objeto de reflexão a ideologia da sociedade industrial avançada de nossos dias.” (1971, 9).

É necessário afirmar que a revisão que se fará destas fontes não é, então, uma exposição global de cada uma delas, tarefa que não corresponde ao objetivo geral deste artigo, senão a explicação daqueles elementos que tem real e direta relação com o pensamento de Marcuse. Por exemplo, a visão dialética da realidade (Hegel), o conceito que a história da civilização é a história da escassez e da repressão (Freud),⁴ a concepção de que o trabalho na sociedade capitalista é uma forma alienada da atividade humana (Marx).

A influência de Marx e Hegel não é privativa somente de Marcuse, mas também de alguns outros pensadores da primeira geração da escola de Frankfurt, tais como Horkheimer e Adorno.

Neste sentido, Castellet afirma que:

“uma das características mais estimulantes de todos esses pensadores com os quais Marcuse se entronca é o esforço para aprofundar nas raízes dialéticas do materialismo histórico, o que leva eles a repensar e a reavaliar através de Marx a filosofia de Hegel, ainda que em uma forma muito pessoal em cada caso.” (1971,16).

⁴ A influência freudiana em Marcuse expressa-se através da pesquisa filosófica sobre Freud que este realiza e cujo resultado concreto é sua obra *Eros e Civilização* (1986).



2. A influência de Hegel

A influência do sistema filosófico hegeliano no pensamento de Herbert Marcuse resulta ser extremamente importante. E como veremos a continuação neste artigo, a influência hegeliana se estende até os teóricos marxistas da teoria da dependência, na medida em que estes utilizam o método dialético para sua análise. Cabe lembrar que uma das suas obras mais importantes título *Razão e Revolução* (1981) leva como subtítulo *Hegel e o Surgimento da Teoria Social*.

Não parece aventurado afirmar que o elemento teórico mais importante que comunica estes dois pensadores é o conceito de *dialética*. Este conceito tem ocupado desde faz muito tempo a filosofia. Suas raízes encontram-se em Heráclito, mas alcança sua plenitude no pensamento hegeliano, constituindo o eixo de seu sistema. Convém deter-se brevemente neste ponto para explicar, em grandes linhas, o que entende Hegel por dialética.

A dialética, e isto é fundamental, não deve ser entendida como um mero processo que ocorre no pensamento, como um método lógico de aproximação da realidade. A dialética é, pelo contrário, um *movimento do ser*. Neste sentido, se fala corretamente quando se sustenta que a lógica de Hegel é, em definitiva, *metafísica*. O ser é entendido por Hegel como aquilo que está livre de toda determinação. O ser simplesmente “é”, não sendo “isto ou o outro”. Portanto, no momento de pensar o ser, o que se pensa é “nada”. Assim mesmo, o nada também é mera indeterminação e ausência de conteúdo. De tal forma que o “ser” e o “nada” são uma e mesma coisa. O ser impulsiona até o nada da mesma forma como o nada impulsiona para o ser. E é a este movimento ao qual Hegel chamou de “devir” (Werden). A triada dialética, então, concreta-se na realidade como ser (tese), nada, (antíteses) e devir (síntese). Em cada fase do movimento dialético está a verdade da fase anterior, enquanto a verdade do devir não se faz patente a si mesma, o que implica a continuação do movimento dialético.

Marcuse explica o anterior da seguinte forma:

“No intento de captar o ser encontramos o nada. Hegel utiliza este fato como um instrumento para demonstrar o carácter negativo da realidade... Segundo Hegel, não há uma coisa no mundo que não contenha em si mesma a união do ser e do nada. Toda coisa somente é na medida em que a cada momento do seu ser alguma coisa que ainda não é acede ao ser e alguma coisa agora passa ao não ser. As coisas são só enquanto surgem e desaparecem, ou seja, o ser tem que ser concebido como devir (Werden). A união do ser e do nada se faz assim patente na estrutura de todo o existente...” (1981, 131).

Do anterior se conclui que entender a realidade como dialética implica que as coisas têm uma existência negativa, na medida que têm que superar-se a si mesmas e, desta forma, negar-se a si mesmas para poder desenvolver todas as suas potencialidades. A realidade é, então, em essência, contraditória. Este fato tem uma grande significação para o desenvolvimento do pensamento marcuseano. Marcuse escreve neste sentido:

“Se a lógica dialética entende a contradição como uma ‘necessidade’ que pertence à mesma natureza do pensamento (*zur natur der denkbestimmungen*) o faz porque a contradição pertence à mesma natureza do objeto do pensamento, à realidade, onde razão é ainda sem razão e o irracional é ainda o racional.” (1985, 170).

Do anterior, segue-se que o negativo constitui o genuíno procedimento dialético, de tal forma que o pensamento dialético é essencialmente subversivo, *crítico da ordem estabelecida*. Marcuse assinala ao respeito:



“A lógica formal aceita a forma do mundo tal qual ele é e subministra algumas regras gerais para orientar-se teoricamente a respeito dele. Pelo contrário, a lógica dialética rejeita toda a pretensão de santidade do dado. E quebra a complacência daqueles que vivem baixo de sua égide.” (1981, 132)

Enfim, entender a realidade como essencialmente dialética leva a um tipo de *práxis* diferente do enfrentamento ao mundo. Não somente pelo reconhecimento da *luta* (*polemos*) como, de fato, pertencendo a este, mas também porque implica não aceitar uma parcialização da realidade (inclusive, ser e nada são dois elementos de um só movimento). Isto implica, em níveis menos abstratos, que o pensamento dialético tem uma expressão que tende a ser totalizante. Desta forma, por exemplo, os teóricos marxistas insistem repetidamente em que a aproximação a seu objeto de estudo deve ser necessariamente interdisciplinar.

Outra noção que aproxima o pensamento de Hegel com o de Marcuse é o conceito de *razão*. Para Marcuse, o conceito de razão tem uma importância significativa dentro do sistema hegeliano. O núcleo da filosofia hegeliana é uma estrutura cujos conceitos, liberdade, sujeito, espírito, Nação etc. derivam-se da ideia de razão. Para Hegel, a razão é a *totalidade* de conceitos e princípios objetivos de peso derivam e denotam condições e normas universalmente válidas. Assim mesmo, Hegel assinala que o homem não pode reclamar o governo da realidade, senão na medida em que pode aceder a estes princípios. Quer dizer, há razão.

A história deve ser considerada, então, em direta relação com o progresso racional da humanidade, como uma contínua luta para adaptar ao mundo as crescentes potencialidades da humanidade. Esta ideia se desprende do conceito de que o real não significa tudo o que existe de fato, senão o que existe concordando com as normas da razão, da tal sorte que o real é nada mais e nada menos que o racional. Isto significa que os entes não são acabados, enquanto não realizam em ato todas suas potencialidades e, portanto, a verdade das coisas se encontra na noção a qual deve ser, em definitiva, a verdadeira realidade.

Para Marcuse, as consequências que se desprendem da afirmação anterior, são importantíssimas e constituem um dos fundamentos teóricos para a elaboração da sua teoria crítica da sociedade:

“Os primeiros escritos de Hegel têm demonstrado já que seu ataque à separação tradicional de pensamento e realidade fecha muito mais que uma crítica epistemológica. Hegel pensa que semelhante dualismo equivale a uma aceitação do mundo, tal como se apresenta, e a uma renúncia do pensamento a sua tarefa mais alta, a de criar uma harmonia entre a ordem existente da realidade e a verdade.” (1981, 125).

É esta ideia a que impregna de um carácter que poderíamos denominar *subversivo* à totalidade da obra de Marcuse. E esta ideia também é a que impulsiona a Marcuse a falar do final da utopia, ou da necessidade de seguir pensando na mudança da ordem estabelecida em uma sociedade que parece ter ocupado e absorvido todo elemento crítico subjacente a esta.

Nesta sociedade, que é a sociedade industrial avançada, tem acontecido que “a *negatividade* tem acompanhado, em efeito, o progresso da recente civilização industrial. Com a crescente concentração e efetividade dos controles econômicos, políticos e culturais, a oposição em todos estes campos pacifica-se, integra-se e se liquida. A contradição tem sido absorvida pela afirmação do positivo.” (MARCUSE: 1981, 408).



Isto tem acontecido assim, dado que o conceito de razão tem tido uma transmutação tal que tem tirado dele seu conteúdo essencialmente negativo. “O universo totalitário da racionalidade tecnológica é a última transmutação da ideia de razão.” (MARCUSE: 1985, 151). Mas, contemporaneamente, que a razão tenha chegado a ser o braço direito da dominação, ocorre simplesmente porque se trata de uma pseudo-razão, a razão tecnológica.

Esta racionalidade tecnológica da sociedade industrial avançada origina-se principalmente devido à propagação das teses positivistas, por exemplo, no caso da filosofia da linguagem. Marcuse afirma:

“A análise linguística aspira a sarar o pensamento e a linguagem das noções metafísicas que os confundem: de ‘espectros’ de um passado menos maduro e menos científico que, ainda que nem designam nem explicam, ainda perseguem à mente.” (1985, 196).

Para o positivismo, o pensamento cognitivo não tem nenhuma validade, senão na medida em que é ratificado pelos fatos, do qual se desprende que o conhecimento somente progride na medida em que se orienta às ciências físicas. É assim como a razão se faz uma com a realidade, desvirtuando seu carácter essencialmente negativo. É precisamente nesse sentido que Marcuse fala da *irracionalidade da racionalidade tecnológica*.

Segundo Marcuse, este tipo de racionalidade que está enfrentado o homem contemporâneo é a racionalidade de

“uma sociedade que fundamenta sua estrutura hierárquica enquanto explora cada vez mais eficazmente os recursos mentais e naturais, e distribui os benefícios da exploração numa escala cada vez mais ampla. Os limites desta racionalidade e sua escura força aparecem na progressiva escravidão do homem por parte de um aparelho produtivo que perpetua a luta pela existência e a estende a uma luta internacional total que arruína as vidas daqueles que constroem e usam esse aparelho. Neste ponto se faz claro que alguma coisa deve estar mal na racionalidade do sistema mesmo.” (1985, 171).

Esta ideia de que o sistema capitalista está revestido de uma racionalidade irracional forma também parte dos pressupostos sobre que sustenta o pós-marxismo em geral. A irracionalidade do sistema consiste em impedir um verdadeiro desenvolvimento das potencialidades humanas, o que significa, em definitivo, a possibilidade de construir uma sociedade humana não fundada na exploração e na dominação, se não na liberdade e a solidariedade.

Fica evidente a significativa influência de Hegel sobre os fundamentos do pensamento de Marcuse, quer dizer, sobre a estrutura total de seu pensamento. O pensamento negativo, então, é um pensamento que, por meio da lógica dialética, tenta devolver o papel que deve cumprir a razão frente à humanidade, liberar a razão da escravidão dos fatos, permitindo-lhe remontar-se para os domínios da utopia.

3.A Influência de Marx

Sem temor a errar, podemos afirmar que Marcuse segue a linha de pesquisa do marxismo que se insere a partir da reflexão filosófica. Um fato capital, neste sentido, constituiu a publicação, em 1932, dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, (MARX: 1968) obra da qual Marcuse foi um de seus primeiros intérpretes e abordando o marxismo em sua dimensão filosófica.



Dentro das muitas conexões que existem entre Marx e Marcuse, é necessário destacar aquela que se dá por meio do conceito de *alienação*. Convém, portanto, determos na análise que realiza Marcuse sobre o conceito de alienação em Marx.

Segundo ele, Marx faz uma afirmação correta quando afirma que a divisão social do trabalho não se realiza tendo em conta as capacidades dos indivíduos, como tampouco o interesse do conjunto da sociedade, senão que se faz totalmente segundo as leis da produção capitalista de mercadorias. Desta forma, a consciência dos indivíduos passa a depender das relações de produção material. (MARCUSE: 1972, 7)

O afirmado anteriormente é, segundo Marx, assim dado que “o processo do trabalho determina a totalidade da existência humana e, desta forma, outorga à sociedade sua estrutura básica” (MARCUSE: 1972, 56). Em síntese, para Marcuse, as características que assume o trabalho no sistema capitalista fazem que este deva ser estudado como um processo que afeta de um modo integral o fazer humano, e a ordenação capitalista do trabalho que Marx caracteriza como alienada. Isto quer dizer, num primeiro momento, que se trata de uma forma contrária à natureza ou degenerada de trabalho.⁵

Cabe lembrar que Marx entende o trabalho, o trabalho não alienado, como uma relação primária entre o homem e a natureza, como “um processo no qual o homem media, regula e controla relações materiais entre ele mesmo e a natureza mediante sua própria ação” (MARCUSE: 1972, 53). Desta forma, o trabalho é fundamental em toda a sociedade e, mais ainda, um elemento integrante da natureza.

Marx analisa a alienação do trabalho desde uma dupla perspectiva. Em primeiro lugar, a alienação se dá na relação do operário com o produto do seu trabalho e, em segundo lugar, na relação entre o operário e sua própria atividade.

Respeito ao primeiro ponto, pode-se afirmar o fato de que, em uma sociedade capitalista, o operário produz mercadorias, que passam a ser do capitalista por meio do contrato de salário. Assim mesmo, o capital se compreende como o poder para dispor dos produtos do trabalho. Este capital aumenta na medida em que o trabalhador produz mais e, desta forma, menores também chegam a ser os meios de que dispõe o trabalhador para apropriar-se dos produtos do seu próprio trabalho. Assim, o produto do trabalho passa a ser uma entidade alienada na medida em que se transforma num poder independente daquele que o produz. Assim, o trabalhador não somente está alienado respeito do produto da sua atividade, senão que se encontra alienado da sua atividade mesma, do seu trabalho.

O trabalho é uma atividade entre o homem e a natureza e, como tal, deveria ser fonte de desenvolvimento e autorrealização do homem, deveria promover o desenvolvimento das potencialidades humanas. Em definitivo, o trabalho deveria, por meio da utilização consciente das forças da natureza, constituir satisfação e gozo para o homem. Mas o trabalho no sistema capitalista está muito longe de chegar a ter as características assinaladas.

Marcuse assume a proposta de Marx quando ele afirma que o trabalho no sistema capitalista é trabalho forçado. Quer dizer, o trabalhador não trabalha por sua vontade, mas está obrigado a fazê-lo para satisfazer carências. Nada tem a ver com a autorrealização e o desenvolvimento das potencialidades do homem. Ao trabalhar, só consegue satisfazer as necessidades básicas, quer dizer, aquelas necessidades que brotam da sua condição animal, mas não aquelas que lhe fazem realizar sua essência humana. Desta forma, o trabalho é uma alienação estranha ao essencialmente humano.

⁵ Em palavras de Theotônio dos Santos, “as relações de poder e de dominação, as relações de parentesco, as relações de classes, as relações de sociabilidade, os papéis sociais, as formas culturais etc., que aparecem como puras relações entre indivíduos, são essencialmente relações entre homens produtores, quer dizer, relações no interior do processo de conquista e dominação da natureza através do processo do trabalho” (1971, 35).



Marcuse concorda com Marx em outro ponto importante. A alienação do homem respeito de si mesmo, que este experimenta no trabalho, é também a conversão do próximo em um outro. A alienação do homem individual respeito dos outros homens. Marcuse escreve assim sobre o ponto:

“Os primeiros escritos de Marx são a primeira afirmação explícita do processo de reificação, mediante o qual a sociedade capitalista faz que todas as relações pessoais entre os seres humanos assumam a forma de relações objetivas entre coisas.” (1972, 19).

Isto se deve a que o sistema capitalista relaciona os homens entre si mediante as mercadorias que intercambiam. Os indivíduos participam no processo social somente na medida em que são proprietários de mercadorias, uma das quais é o trabalho.

Theotônio dos Santos expressa a ideia anterior da seguinte forma: “Para Marx, conceitos como salário, capital, ganho, dinheiro etc., não fazem mais que ocultar relações entre os homens que se manifestam através das coisas.” (1971,36). Desta forma, continua dos Santos:

“O salário oculta uma relação entre um produtor de bens que vende sua força de trabalho e um proprietário de bens de produção que a compra. O capital oculta uma relação de propriedade sobre os meios do trabalho que tira os outros indivíduos da propriedade. O ganho, o lucro, oculta uma relação entre produtores de valores e apropriadores do trabalho deles. O dinheiro oculta uma relação entre produtores de calor.” (1971,36).

Isto tem como consequência, segundo Marcuse, que:

“O status social dos indivíduos, seu nível de vida, a satisfação das suas necessidades, sua liberdade e seu poder estão determinados pelo valor de suas mercadorias. As capacidades e necessidades dos indivíduos não são tomadas em conta para sua avaliação. Até os atributos mais humanos do homem convertem-se em uma função do dinheiro, o sucedâneo geral dos bens de consumo.” (1981, 274).

Assim, os homens, enquanto homens, não somente permanecem alienados de si mesmo, mas também permanecem alienados uns dos outros. O trabalho alienado, o trabalho no sistema capitalista de produção e distribuição, tem permitido a realização de um mundo que se caracteriza por sua irracionalidade e onde os indivíduos não são livres. Se faz necessário, então, reverter esta situação: a abolição do trabalho alienado é a condição básica para isto.

A abolição do trabalho alienado implica, segundo nos resenha Marcuse, uma revolução universal, quer dizer, uma revolução que, primeiro, inverta a totalidade das condições predominantes e, segundo que substitua estas por uma ordem universal. (MARCUSE: 1981, 282). Para Marcuse, este carácter totalitário da Revolução resulta do carácter totalitário das relações capitalistas de produção.

A Revolução Comunista é também universal no sentido de mundial. Para uma melhor compreensão disto, há que lembrar que uma das consequências do trabalho alienado é a estruturação de uma sociedade dividida em classes opostas. A classe é, em definitivo, a unidade econômica e social da sociedade, e não o indivíduo que está submetido àquela. A partir da divisão do trabalho, processo pelo qual se separam as diferentes atividades econômicas em campos especializados e delimitados, e principalmente pela divisão entre capital e trabalho assalariado, surgem as duas classes fundamentais: burguesia e proletariado.

Marcuse explica que



“As duas classes... não são classes no mesmo sentido.” (1981, 285). Isto se deve a que a classe do proletariado implica a negação das classes na medida em que a Revolução Comunista, da qual é o agente revolucionário ou proletariado, não contempla a opressão de nenhum outro grupo social, dado que baixo proletariado não existe classe alguma. Já que o proletariado não tem nenhum benefício ou propriedade que defender, o interesse do proletariado é essencialmente universal: “Sua única preocupação, a abolição do modo de trabalho existente, é a preocupação da sociedade como um todo.” (1981, 285).

Marcuse explica que o proletariado, em qualquer lugar do mundo em que ele se encontre, é aquele que vive em sociedade suportando o poder do trabalho e, como tal, não existe separação entre os proletariados: “Todas as coisas que, como a propriedade, a religião, a cultura, a nacionalidade etc., podem separar uns homens dos outros, não estabelecem separação entre os proletários.” (1981, 286). A revolução do proletariado é assim universal, entanto que total e mundial.

As reflexões de Marx sobre o trabalho alienado e sua abolição constituem um elemento central na influência que este exerceu sobre Marcuse. De aqui também se segue uma das contribuições mais originais e controvertidas de Marcuse ao marxismo, a saber, o questionamento do proletariado como agente da revolução mundial. Se bem neste ponto encontramos uma diferença entre Marx e Marcuse, o interessante é destacar que os dois pensadores entendem que o sistema capitalista de produção é totalizante, quer dizer, que abrange todas as esferas da vida comum. Isto se deve a que este sistema se funde em um modo alienado de trabalho, processo que, a sua vez, se entende como atividade que media entre homem e natureza e que, portanto, engloba totalmente a existência humana. Se o trabalho é alienado, a vida do homem também o será.

Somente aqueles que não têm nada a perder, os marginados da sociedade, levam em si a possibilidade de reverter o sistema. Desde uma perspectiva mundial, como deve ser a perspectiva da revolução, os países do “terceiro mundo” jogam, segundo Marcuse, um rol fundamental no processo de *liberação* do sistema.

É necessário afirmar que não existe um escrito ou lugar específico na sua obra onde se possam encontrar sintetizadas as ideias de Marx respeito das relações internacionais, da mesma forma como não existe uma muito clara conceptualização destas ideias, ao mesmo tempo, ainda se pode apreciar uma mudança destas através do tempo.

O que está claro é que o mundo em geral tem um importante lugar dentro das teses marxistas. Marx entende o mundo como um sistema global, no qual a divisão destes estados é temporal e, em definitivo, pouco importante. Em Marx, o ator básico do sistema internacional são as classes que se encontram no interior dos Estados-Nações. Assim mesmo, o conflito internacional, dentro do pensamento de Marx, tem menor relevância que a luta de classes por um lado e a solidariedade de classes internacionais por outro.

Como comentam Kubalkova e Cruickshank (1980, 41), em referência a Marx, o Estado foi criado “como uma instituição que deveria perpetuar não somente a nascente divisão de classes das sociedades, mas também o direito da classe possuidora a explorar a classe não possuidora.” Em definitivo, detrás da formação do Estado, existe uma realidade mais profunda que lhe dá sentido a esta, a divisão de classes. Assim, continuam estes autores, “A divisão horizontal em Estados-nações (e Marx e Engels utilizam estes dois conceitos indistintamente com o de país) é tão somente uma projeção que emerge do conflito básico entre classes e serve somente para ocultar a luta real.” (1980, 41).

Segundo Marx, a divisão do mundo em nações não é outra coisa que a expressão de uma particular divisão do trabalho. Divisão do mundo que se transforma segundo as mudanças na divisão do trabalho. Na medida em que tem se produzido desenvolvimento da indústria, se tem produzido também o desenvolvimento da burguesia e o incremento



do capital. Isto tem tido real importância para o sistema internacional, dado que “A inerente necessidade de melhores e maiores mercados para a colocação dos seus produtos levou à burguesia sobre toda a superfície do globo.” (KUBALKOVA E CRUICKSHANK: 1980, 47). Desta forma, “Todas as nações, antes de chegar a afundar e a destruir-se, devem adotar o modo burguês de produção e chegar elas mesmas a serem burguesas.” (KUBALKOVA E CRUICKSHANK: 1980, 47). Assim,

“As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem de forma crescente à medida que se envolve a burguesia, a liberdade de comércio e o mercado mundial, a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem.” (MERLE: 1981, 49).

Como comenta Marcel Merle:

“É do próprio sistema capitalista poderoso agente de transformação do mundo que surgirão sucessivamente o mal e o remédio. O capitalismo, arrastado pela lei da obtenção do lucro, só poderá continuar desenvolvendo-se e vencendo as contradições que encontra no seu caminho, na medida em que se expanda a todas as partes do mundo. Mas se fizer isto, somente adiantará a fase do prazo final. Será quando tenha garantido sua dominação sobre todo o espaço habitado e mobilizado para sua exploração, todos os recursos disponíveis, que chocará inevitavelmente com contradições insuperáveis, já que não serão susceptíveis de serem exportadas. Enquanto possa explorar novos recursos e arrecadar uma mais-valia sobre populações miseráveis e ignorantes, o sistema capitalista poderá ter esperança de sobreviver ao oferecer ao proletariado instalado nos estados burgueses migalhas de seu festim. Mas na hora em que o sistema capitalista se expanda universalmente, os conflitos que gerarão entre os possuidores da força de produção e os possuidores da força de trabalho se tornarão forçosamente indissolúveis. Portanto, a revolução deve surgir e não será uma revolução de reforma ou de abolição de tal ou qual sociedade burguesa, mas sim, a autodestruição do capitalismo no cume de seu poder.” (MERLE: 1981,49)

Marx opina que, como a burguesia tinha criado uma situação de dependência dentro do Estado: “Assim tem feito dependente aos países bárbaros e semibárbaros dos civilizados, às nações camponesas, das nações burguesas e do oeste ao oeste.” (KUBALKOVA E CRUICKSHANK: 1980, 47). Da mesma forma como no interior do Estado-nação se produz uma situação de dependência do proletariado à burguesia e do campesinato à burguesia, assim também esta situação se projeta no sistema internacional devido à inerente necessidade de expansão das burguesias nacionais, entanto que tentam fazer crescer o mercado. Desta forma, as nações pobres passam a ser dependentes das nações ricas, e isto como uma consequência necessária do sistema capitalista de produção. É conveniente sintetizar o papel que, segundo Marx, joga a burguesia no marco do cenário internacional.

Em primeiro lugar,

“A burguesia não somente tem lutado com as outras classes no interior do Estado, mas também na esfera internacional. Estará em conflito perpétuo com a burguesia dos países estrangeiros... Se afirmar um certo grau de cooperação entre estados, entre burguesias, ainda distinto ao proletariado, que não tem significado para a burguesia o mesmo grau de coerência internacional, o qual deveria prevê-la da luta com outra através das fronteiras nacionais. A burguesia somente, temporalmente, pode unir-se contra seu pior inimigo, o proletariado internacional.” (KUBALKOVA E CRUICKSHANK: 1980, 47).



Como se pode apreciar, as relações internacionais são percebidas por Marx como um estado de guerra permanente, onde enfrentam-se tanto as burguesias nacionais nas guerras entre estados e, também, a luta principal entre as burguesias e proletariados nacionais e, além disto, a luta entre a burguesia e proletariados internacionais. De acordo com o anterior, André Gunder Frank afirma que o inimigo imediato “taticamente é a burguesia própria...não obstante que, estrategicamente, o inimigo principal, inegavelmente, é o imperialismo.” (1970, 15).

4. A influência de Freud.

Para estudar o pensamento de Herbert Marcuse é uma questão fundamental remitir-se à influência que tem a reflexão freudiana sobre a civilização, sobre o pensamento marcusiano.

A influência de Freud sobre Marcuse acolhe alguns elementos centrais da reflexão freudiana, para logo proceder a formular algumas ideias e hipóteses que escapam da mesma elaboração de Freud. Cabe fazer notar que na psicanálise se conseguem distinguir claramente duas vertentes. Por um lado, existe a vertente terapêutica que tem como objetivo o tratamento da neurose, mediante uma teoria e metodologias psicológicas. Por outro lado, encontra-se a vertente filosófica que corresponde à tentativa que realizou Freud de uma *análise da cultura*. Marcuse basicamente se introduz no pensamento de Freud a partir da segunda vertente mencionada.

Segundo Freud, a civilização surge quando a satisfação integral das necessidades é abandonada como objetivo central do homem. Somente na medida em que se reprimem os instintos primários, a civilização pode surgir e progredir. Isto se deve a que os instintos desejados em liberdade são incompatíveis com as condições necessárias para a manutenção da sociedade, dado que os instintos perseguem a gratificação como um fim em si mesmo, em qualquer momento e sobre qualquer norma ou lei. Um papel básico entre os instintos que são reprimidos pela civilização é aquele que joga o instinto sexual.

Em relação com o exposto anteriormente, Freud afirma:

“Acreditamos que a cultura tem sido criada obedecendo ao impulso das necessidades vitais e, apesar da satisfação dos instintos, e que é continuamente criada de novo, em grande parte, da mesma forma, pois cada indivíduo que, entre a sociedade humana, repete, em proveito da coletividade, o sacrifício da satisfação dos seus instintos, entre as forças instintivas assim reprimidas, jogam um importantíssimo papel os impulsos sexuais, os quais são aqui objeto de uma sublimação, isto é, são desviados de seus fins próprios e dirigidos a fins mais elevados socialmente, faltos já de todo carácter sexual.” (1984, 38).

Segundo Freud, as aspirações que surgem dos instintos primários são governadas pelo *princípio do prazer*. Quando surge a civilização, uma vez reprimidos os instintos, o homem deixa de se reger pelo princípio do prazer para passar a ser governado pelo *princípio da realidade*. Desta forma, “o princípio da realidade invalida o princípio do prazer. O homem aprende a substituir o prazer momentâneo, incerto e destrutivo pelo prazer retardado, restringido, mais seguro.” (MARCUSE: 1986, 29).

Sob o princípio da realidade, o homem se constitui como um ego organizado, o qual luta por obter aquilo que é útil, mas sem danos para si mesmo e seu ambiente vital. Sobre este princípio, o homem desenvolve a função da razão, aprendendo a “distinguir entre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o útil e o nocivo. O homem adquire as faculdades de atenção, memória e juízo.” (MARCUSE: 1986, 29).

Para Marcuse, o motivo que tem a sociedade para reforçar a mudança na estrutura instintiva dos indivíduos, o passo do princípio do prazer ao princípio da realidade, é



“econômico”. O homem capta que não pode viver sob o princípio do prazer, que não pode dar liberdade aos seus instintos, entre outras coisas, porque existe escassez de recursos para isso. A sociedade não tem os meios necessários para sustentar a vida de seus membros sem que eles trabalhem para aquilo e deve, portanto, controlar o número de seus membros e dirigir suas energias para o trabalho, longe das atividades sexuais.

Marcuse comparte com Freud a tese que sugere que a civilização se inicia enquanto encontra os mecanismos necessários para reprimir os instintos do homem, embora, defira de Freud em dois pontos centrais. Por um lado, Marcuse afirma que é possível pensar numa sociedade não repressiva, quer dizer, postula a reconciliação do princípio do prazer com o princípio da realidade, mas por outro lado, isto mesmo faz desestimar a tese freudiana da inevitabilidade da destruição total da civilização.

Segundo Marcuse, a liberação dos instintos não traz necessariamente a destruição da civilização. Pelo contrário, seria o único método para lograr seu progresso. A liberação dos instintos não levaria necessariamente a uma explosão libidinal incontrolável, mas bem, pelo contrário, seria um freio para a manifestação perversa dos instintos.

“O livre desenvolvimento da libido, transformada dentro de instituições transformadas, ao mesmo tempo que erotizaria zonas, tempo e relações convertidas em tabus, minimizaria as manifestações da mera sexualidade, integrando-as dentro de uma ordem muito mais ampla, incluindo a ordem do trabalho.” (MARCUSE: 1986, 187).

Marcuse afirma que dois seriam as condições necessárias para chegar a uma sublimação não repressiva dos instintos e, assim, evitar a espiral autodestrutiva da civilização. Em primeiro lugar, seria fundamental a dissolução do trabalho alienado, o que em definitiva significa mudar os mecanismos capitalistas de distribuição e produção. Em segundo lugar, se faria necessário que os indivíduos existissem como sujeitos de autorrealização, quer dizer, que os homens tivessem uma efetiva capacidade de decisão frente à sua existência, o qual faria necessário uma transformação de uma cultura que coincide e garante os interesses da sociedade repressiva.

Estas radicais transformações, as que deveriam someter-se a sociedades do capitalismo avançado para chegar à construção de uma sociedade não repressiva, não são utópicas. É um pressuposto no pensamento de Marcuse que a sociedade industrial avançada tem chegado a uma plenitude de recursos materiais e intelectuais que fariam possíveis tais transformações.

Um outro aspecto pelo qual Marcuse se diferencia das teses Freudianas diz respeito a dois conceitos, os quais surgem a partir de Freud, mas o sobrepõem, constituindo uma porta original do pensamento de Marcuse.

O primeiro desses conceitos é aquele que Marcuse denominou como “repressão excedente”. Como já anunciamos anteriormente para Freud, o fato básico sobre o qual se sustenta o princípio da realidade é o da escassez. Isto quer dizer que o mundo é demasiado pobre para a satisfação das necessidades humanas, o que implica que a satisfação precisa sempre de um trabalho, de tarefas mais ou menos penosas. Entretanto, dado que o trabalho ocupa quase toda a existência do indivíduo maduro, o prazer é suspenso, o que implica que os instintos devem ser reprimidos.

Marcuse difere deste argumento, central na metapsicologia freudiana, ao sustentar que mais que o mero fato da escassez, o problema reside em uma determinada organização da escassez.



“A escassez prevalecente tem sido organizada através da civilização, ainda que de muitas diferentes formas, de tal forma que não tem sido distribuída coletivamente de acordo com as necessidades individuais, nem a obtenção de bens tem sido organizada para satisfazer melhor as necessidades que se desenvolvem no indivíduo.” (MARCUSE: 1986, 187).

Isto significa que tanto a distribuição da escassez como o trabalho, que é o esforço para superá-la, tem sido imposto sobre os indivíduos.

A conquista gradual da escassez queda-se unida à dominação, conceito que não deve confundir-se com aquele do exercício racional da autoridade. Este último é inerente a toda divisão racional do trabalho e seu papel é a administração de funções e arranjos necessários para o desenvolvimento do conjunto. Pelo contrário, a dominação é exercida por um indivíduo ou um grupo deles, mas somente para fortalecer e afirmar a posição de privilégio na qual eles se encontram. Assim mesmo, afirma Marcuse, que

“Esta dominação não exclui o progresso técnico, material e intelectual, mas somente o concebe como um produto inevitável das circunstâncias, enquanto procura preservar a escassez, a necessidade e a restrição irracionais.” (1986, 49).

Assim, para Marcuse, os diferentes modos de dominação que têm surgido através da história dão lugar a diferentes formas históricas do princípio da realidade. Desta forma, se bem é certo que qualquer forma do princípio da realidade implica num controle repressivo sobre os instintos,

“as instituições históricas específicas do princípio da realidade e os interesses específicos de dominação introduzem controles adicionais sobre e por cima daqueles indispensáveis para a associação humana civilizada. É precisamente a estes controles adicionais que brotam das instituições específicas de dominação aquilo que Marcuse chama de repressão excedente. (1986, 48-63).

Desta forma, um segundo conceito que se encontra em Marcuse, que tem suas raízes em Freud, mas que vai além dele, é o que Marcuse denominou de *princípio de atuação*. Com este conceito, Marcuse afirma que a repressão excedente não somente é uma expressão do princípio da realidade, mas também transforma o princípio da realidade mesmo. Com efeito, o princípio da atuação é a forma histórica prevalecente que toma o princípio da realidade. Mais especificamente, trata-se do princípio da realidade que tem governado o surgimento e desenvolvimento da civilização contemporânea.

Sobre o domínio do princípio da atuação, “a sociedade está estratificada de acordo com a atuação econômica competitiva de seus membros” (MARCUSE: 1986, 56). O princípio da atuação corresponde a uma sociedade de tipo aquisitiva e antagonica, em constante processo de expansão, a sociedade capitalista. Da mesma forma, o princípio em questão pressupõe um processo no qual a dominação tem sido cada vez mais racionalizada. Esta racionalização da dominação tem permitido que, pelo menos para uma maioria da população que vive em sociedades industriais avançadas, a satisfação das necessidades depende de seu próprio trabalho. Embora,

“seu trabalho está ao serviço de um aparelho que eles não controlam, que opera como um poder independente ao que os indivíduos devem submeter-se se querem viver. E este poder se faz mais a lei, conforme a divisão do trabalho, chega a ser mais especializada.” (MARCUSE: 1986, 56).



Desta forma, Marcuse afirma que, em direta relação com Marx, o trabalho se converte, assim, em um trabalho alienado, quer dizer, que os homens não trabalham para a satisfação de suas próprias necessidades e desenvolvimento de suas faculdades, em definitivo, não vivem suas próprias vidas, senão que realizam funções pré-estabelecidas.

O trabalho tem chegado a ser um ingrediente essencial dentro da civilização contemporânea e, como tal, sua existência requer de restrições à libido. Desta forma, afirma Marcuse,

“a libido é desviada para que atue de uma forma socialmente útil, dentro da qual o indivíduo trabalha para si mesmo, somente em tanto que trabalha para o aparelho e está comprometido em atividades que, pelo geral, não coincidem com suas próprias faculdades e desejos.” (1986, 56).

Em resumo, a afirmação fundamental da reflexão freudiana sobre a civilização ou da cultura, termos sinônimos em Freud, que é formulado por Marcuse, consiste em atender que a civilização somente surge na medida que os instintos humanos são reprimidos, de tal forma que a sociedade que forma parte desta civilização é essencialmente repressiva.

Sintetizando, podemos afirmar que a ideia da civilização repressiva, a ideia da escassez e da dominação, o conceito de que a sociedade contemporânea está estratificada de acordo com a atuação econômica competitiva de seus membros, são conceitos gerais que encontram sustento na metapsicologia freudiana e que, de algum ou outro modo, também se encontram presentes em Marcuse.

5. Conclusão

A análise das principais fontes teóricas do pensamento de Herbert Marcuse permite compreender que sua obra constitui uma tentativa original de reinterpretar criticamente a modernidade capitalista a partir da articulação entre dialética hegeliana, crítica marxista da alienação e reflexão freudiana sobre a repressão da civilização. Mais do que simples influências isoladas, Hegel, Marx e Freud aparecem em Marcuse como *elementos complementares de uma mesma construção teórica voltada para a crítica das formas contemporâneas de dominação*.

De Hegel, Marcuse retoma principalmente a concepção dialética da realidade e o caráter negativo da razão, entendida não como adaptação passiva ao existente, mas como força crítica capaz de revelar as contradições ocultas da sociedade. A dialética converte-se, assim, em instrumento filosófico de negação da ordem estabelecida e de abertura para possibilidades históricas ainda não realizadas.

A influência de Marx manifesta-se especialmente na crítica ao trabalho alienado e às formas de reificação produzidas pelo capitalismo. Marcuse compreende que a alienação ultrapassa a esfera econômica e penetra todas as dimensões da existência humana, convertendo indivíduos em instrumentos de um aparato produtivo que condiciona necessidades, comportamentos e formas de consciência. Nesse sentido, sua reflexão *amplia* a crítica marxista tradicional ao evidenciar os mecanismos culturais, tecnológicos e ideológicos que integram os indivíduos ao sistema de dominação.

De Freud, Marcuse incorpora a compreensão de que a civilização se estrutura historicamente sobre mecanismos de repressão dos instintos. Entretanto, ao reformular os conceitos freudianos de princípio da realidade e repressão, Marcuse demonstra que a dominação não decorre apenas da escassez natural, mas sobretudo de uma organização social específica da escassez. Surge daí sua crítica à “repressão excedente” e ao “princípio



de atuação”, categorias fundamentais para compreender o caráter disciplinador da sociedade industrial avançada.

A síntese dessas influências permite entender por que a teoria crítica de Marcuse permanece atual. Sua reflexão evidencia que o desenvolvimento técnico e científico não conduz necessariamente à emancipação humana, podendo também fortalecer formas sofisticadas de controle social e integração ideológica. Ao mesmo tempo, Marcuse preserva a dimensão utópica do pensamento crítico ao insistir na possibilidade histórica de uma sociedade reconciliada com a liberdade, com a realização das potencialidades humanas e com a superação das formas repressivas de organização social.

Dessa maneira, o pensamento marcusiano continua oferecendo importantes instrumentos teóricos para a compreensão das contradições do capitalismo contemporâneo, especialmente no que se refere à racionalidade tecnológica, à manipulação das necessidades e à permanência de formas de alienação e dominação em sociedades aparentemente democráticas e desenvolvidas.

6.Referências

- CASTELLET, J. M. **Lectura de Marcuse**. Barcelona: Ed. Seix Barral, 1971.
- FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesía: Lumpendesarrollo**. Santiago: Ed. Prensa Latinoamericana, 1970.
- FREUD, Sigmund. **Introducción al Psicoanálisis**. Madrid: Editorial SARPE 1984.
- KUBALKOVA, Vendultlegeka e CRUICKSHANK, A. A. **Marxism-Leninism and Theory of International Relations**. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- MARCUSE, Herbert. **Marx y el Trabajo Alienado**. Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1972.
- MARCUSE, Herbert. **Razón y Revolución**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- MARCUSE, Herbert. **El Hombre Unidimensional**. Barcelona: Editorial Planeta De Agostini, 1985.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Madrid: SARPE, 1986.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844**. México: Editorial Grijalbo, 1968.
- MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SANTOS, Theotônio dos. **La Crisis Norteamericana y América Latina**. Santiago: Editorial Prensa Americana, 1971.